



Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

Não faltará dinheiro para o plantio, garantiu Stábile

# Para Langoni, avanço depende de desindexação

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, definiu o "pacote" de medidas aprovadas ontem pelo CMN como o "primeiro passo importante, coerente e corajoso para a adoção de outras medidas que certamente terão de vir, principalmente com a quebra da relação automática entre inflação passada e futura, o que constitui o objetivo do processo de desindexação da economia brasileira".

"Desindexar é quebrar o vínculo entre a inflação passada e futura" — reiterou Langoni. Por isso, afirmou que qualquer novo avanço na política antinflacionária dependerá da desindexação:

"E não se pode promover processo de desindexação parcial. Haverá uma expectativa precipitada de que o governo poderia aplicar essa desindexação somente sobre os ativos financeiros. Isso seria um grave erro. O processo de desindexação deve ser feito a partir do controle efetivo das causas da inflação e da definição clara da política salarial."

Com os reajustes salariais sob controle, o presidente do Banco Central afirmou que a desindexação dos ativos financeiros será "quase que automática e sem trauma maior". Argumentou que a indexação aplicada aos salários transmite a inflação passada dos últimos seis meses para

o futuro, enquanto a correção dos ativos financeiros é, ao contrário, fixada com até um mês de antecedência.

Langoni previu o apoio da sociedade ao "pacote" por atender ao "anseio da população que não aceita continuar a conviver com inflação anual de 120% e situação de desemprego". Ressaltou que o corte nos gastos públicos traz embutido o combate ao desperdício e à ineficiência. "As medidas estão voltadas para o fortalecimento da economia de mercado e da iniciativa privada, com o objetivo de dar maior eficiência à economia como um todo. Criam condições para a trajetória de ajustamento da economia, com base na retomada equilibrada da atividade produtiva" — observou o presidente do Banco Central.

Por considerar a questão salarial "fundamentalmente política", Langoni enfatizou o apoio a mudanças nas regras salariais "de um segmento importante da sociedade, os empresários com direito a voto no CMN, que reconheceu também a necessidade de romper o vínculo entre a inflação passada e a futura e, em consequência, disse que só pode esperar do Congresso Nacional capacidade para encaminhar uma solução que atenda aos interesses do País".

Segundo o presidente do Banco Central, a redução aprovada nos subsídios do crédito somará cerca de Cr\$ 800 bilhões nos próximos 12 meses.